Art. 12.º Fimdo o prazo de onze anos a que se refere o artigo 4.º, o Estado, se antes o não tiver feito conforme o disposto no § 1.º do artigo precedente, passará ao colono o título de concessão definitiva do respectivo talhão.

Art. 13.º Enquanto durar a concessão provisória, o talhão de terreno atribuído ao colono é indivisível e inalienável, voluntária ou coercivamente; e não pode ser objecto de arresto, penhora ou arrendamento, o que se aplica também, durante o mesmo prazo, às construções ou edificações incorporadas no solo.

§ 1.º Estas isenções abrangem igualmente, acrescidas de insusceptibilidade de penhor, os semoventes, alfaias e ferramentas agrícolas que tenham sido distribuídos pela Companhia ao colono, e os frutos e produtos da exploração agrícola, excepção feita, quanto a estes frutos e produtos, da contribuição devida à Companhia e do caso de alienação voluntária pelo colono.

§ 2.º O direito à concessão provisória é indivisível.

Art. 14.º O colono é obrigado durante o tempo da concessão provisória:

1.º A cultivar e explorar directa e regularmente a fazenda;

2.º A seguir rigorosamente em qualquer assunto que se relacione com o referido cultivo e exploração as indicações do pessoal técnico da Companhia que lhe preste assistência;

3.º A cuidar devidamente do gado que lhe tenha sido distribuído, não só para dele tirar as correspondentes utilidades, como também para cumprir, eventualmente, a obrigação referida no n.º 2.º do artigo 16.º;

4.º A velar pela conservação das construções e edificações existentes no terreno e das alfaias e ferramentas agrícolas recebidas, ocorrendo às reparações ordinárias de que carecerem, por forma a restituí-las, eventualmente, como se determina no artigo 16.º

Art. 15.º A concessão provisória caduca:

1.º No caso previsto no § 1.º do artigo 11.º;

2.º No caso da morte do colono, se por esse facto não ficar por seus herdeiros assegurado o cumprimento das obrigações enunciadas no artigo precedente;

3.º Por desistência do colono;

4.º Quando o colono contravier o disposto no artigo precedente;

5.º Quando, por motivo de saúde ou por outra circunstância, o colono não possa aclimatar-se ao meio local.

Art. 16.º Caducando a concessão provisória por qualquer dos motivos previstos nos n.ºs 2.º a 4.º, inclusive, do artigo precedente, o colono ou quem o represente fica obrigado a:

1.º Despejar o talhão de terreno e as respectivas edificações e acomodações, entregando-as à Companhia no prazo máximo de trinta dias, contados do aviso feito por esta, completamente livres, e sem deteriorações, salvas as inerentes ao uso ordinário;

2.º Restituir à Companhia as cabeças de gado recebidas ou o mesmo número delas das espécies, sexos e mais características das que recebeu, salvo caso de força maior;

3.º Restituir à Companhia as alfaias e ferramentas agrícolas recebidas, em bom estado, salvas as deteriorações inerentes ao seu uso ordinário.

§ único. Não poderá alegar-se direito de retenção por bemfeitorias ou outro motivo.

Art. 17.º Caducando a concessão provisória, nos termos do artigo precedente e querendo o colono ou as pessoas de sua família regressar ao lugar do continente ou das ilhas adjacentes de onde provieram, tanto a Companhia quanto ao percurso terrestre até ao Lobito, como o Estado quanto ao percurso marítimo do Lobito ao pôrto do destino, lhe facultarão passagens gratuitas, que deverão ser utilizadas no prazo máximo de dois meses, salvo caso de força maior.

Art. 18.º A fazenda cuja concessão provisória tenha caducado por qualquer motivo que não seja o da passagem a concessão definitiva pode ser objecto de concessão a novo colono.

§ único. São applicáveis aos novos colonos as disposições deste decreto referentes aos primeiros colonos, regulando-se por mútuo acôrdo entre os novos colonos e a Companhia, de harmonia com as circunstâncias de cada caso occorrente, a contagem do tempo decorrido para o efeito do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 4.º do artigo 8.º e nos artigos 9.º e 10.º do presente decreto.

Em caso de empate decidirá, em última instância, o administrador da circunscrição onde estiver situado o talhão ocupado.

O acôrdo estabelecido ou a resolução tomada ficarão constando do título a que se refere o artigo seguinte.

Art. 19.º Os direitos e obrigações que por este decreto se estabelecem entre a Companhia e o colono serão, com relação a cada talhão, consignados em um título escrito com a assinatura de ambas as partes e visado pelo administrador da circunscrição onde o colono fôr residir.

Art. 20.º A Companhia poderá, quando o julgar conveniente, utilizar um dos talhões que vierem a ser demarcados para nêlo estabelecer uma fazenda padrão do tipo e características das que são concedidas aos colonos.

Esta azenda será gerida por um empregado da Companhia e na exploração dela serão seguidos todos os preceitos da cultura e administração agrícolas aconselhados aos colonos, em ordem a demonstrar-lhes a eficiência dos processos adoptados.

Art. 21.º As concessões provisórias de terrenos feitas aos colonos, nos termos do presente decreto, não ficam sujeitas às prescrições do decreto n.º 5:847-C, de 31 de Maio de 1919, e os concessionários são isentos, enquanto as concessões provisórias durarem, de quaisquer contribuições directas, gerais ou municipais.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, 9 de Fevereiro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Armando Rodrigues Monteiro*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Divisão da Produção Agrícola

Portaria n.º 8:002

Convindo esclarecer as disposições dos artigos 13.º, 14.º, 16.º e 22.º do decreto-lei n.º 24:976, de 28 de Janeiro do corrente ano, no que respeita à acção das brigadas móveis e das autoridades administrativas: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Interior e da Agricultura, que as autoridades administrativas e policiaes prestem aos chefes das brigadas móveis, quer directamente, quer por intermédio dos seus agentes, todo o auxílio de que necessitem e lhes seja requisitado, inclusivamente a execução de quaisquer serviços indispensáveis para completo cumprimento do citado decreto.

Ministério da Agricultura, 9 de Fevereiro de 1935. — *Henrique Linhares de Lima* — *Rafael da Silva Neves Duque*.